adufpel
SSIND. DO ANDES-SN

VOZ DOCENTE

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

JORNAL DA ADUFPel . SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN . PELOTAS . EDIÇÃO 06/2020

DEMOCRACIA NO PROCESSO DE ESCOLHA DE REITOR/A PARA A UFPEL

PÁGINA 5

Editorial

Por um mundo onde a vida esteja acima dos lucros!

Este não tem sido um ano fácil para a maioria das pessoas. E parece ainda mais difícil de acreditar que em meio a tantas mortes e contaminações, qualquer espectro de humanidade e civilização são rapidamente atacados pela pequeníssima minoria de pessoas que está se beneficiando muito com o genocídio que estamos vivendo. Sim, algumas pessoas estão ganhando muito dinheiro com a morte em massa do povo trabalhador: 42 milionários brasileiros aumentaram sua fortuna em 34 bilhões de dólares entre março e junho deste ano (período da pandemia).

São estes milionários e os seus governos subordinados que estão "passando a boiada" para destruir a Amazônia, as florestas brasileiras, as comunidades indígenas e os povos quilombolas. São estes que não aceitam que as instituições federais de ensino elejam seus próprios dirigentes e querem empurrar seus capachos para a gestão das universidades e institutos federais. São estes que disseminam mentiras sobre tratamentos à pandemia. São estes que, quando perguntados sobre mais de 80mil mortos no país, respondem: "E daí? Não sou coveiro!".

Na voz de seu "mito", a burguesia começa a se unificar em torno do projeto de destruição da vida. Pertencentes ao grupo de risco - idosos aposentados principalmente - são descartáveis para os poderosos. As crianças pobres sem computador e internet também são descartáveis, pois não terão condições de acessar a educação. O meio ambiente é descartável para o agronegócio expandir seu lucro. A vida está sendo destruída e não há nada de normal nisso, nem antiga e nem nova normalidade.

Do lado de cá, da maioria das pessoas, seguimos firmes na luta por democracia, educação e saúde pública, gratuita e de qualidade, por respeito e valorização ao magistério, firmes na solidariedade a quem tem sido acometido pela Covid-19 ou por seus desdobramentos de desemprego e miséria. E assim vamos caminhando, acreditando que atravessaremos este ano em marcha com a passada firme, abraçando os nossos em direção a um novo mundo que ali na frente nos espera, um mundo onde a vida esteja acima dos lucros!

Mural

EXPEDIENTE ADUFPEL

Comunicamos que, em função da evolução da pandemia de Covid-19, permanece suspenso o atendimento na sede da ADUFPel por tempo indeterminado.

O atendimento segue virtualmente, das 8h às 12h e das 14h às 18h, através dos e-mails:
secretaria@adufpel.org.br
andrea@adufpel.org.br
rafael@adufpel.org.br

ou pelos telefones: (53) 98405-3726 / (53) 98448-5862

adufpel SSIND. DO ANDES-SN

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS

EXPEDIENTE

Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Mathias Rodrigues (MTB 10126/PR) Diagramação: Mathias Rodrigues Fotografias: Acervo e Assessoria ADUFPel e ANDES-SN. Capa: Gabriela Venzke.

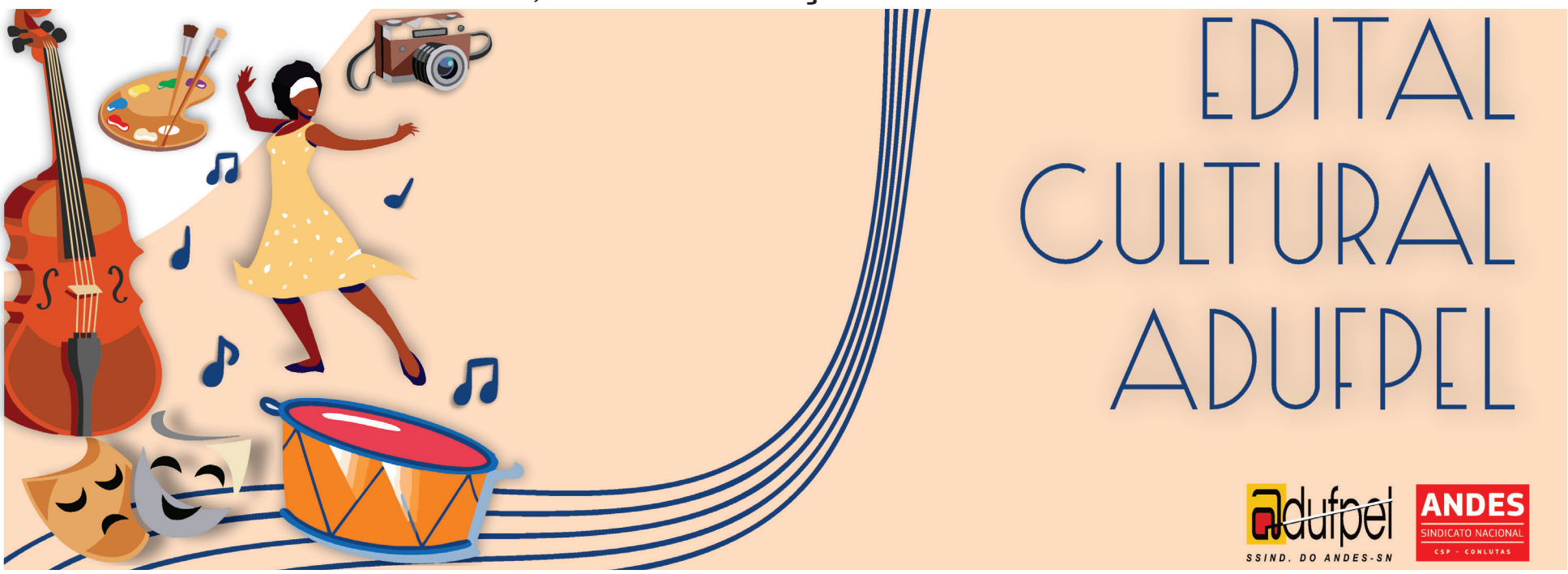
Presidenta: Celeste dos Santos Pereira **. Primeira Vice-Presidenta:** Angela Moreira Vitória (Afastada a partir de 04.06.2020 a título de desincompatibilização nos termos da Lei 64 de maio de 1990).
Segundo Vice-Presidente: Francisco Carlos Duarte Vitória . **Secretário Geral:** Miriam Cristiane Alves . **Primeiro Secretário:** José Carlos Marques Volcato.
Segunda Secretária: Larissa Dall'Agnol . **Primeiro Tesoureiro:** Robinson Santos Pinheiro **. Segundo Tesoureiro:** Avelino da Rosa Oliveira .
Terceiro Tesoureiro: Giovanni Ernst Frizzo (Afastado a partir de 04.06.2020 a título de desincompatibilização nos termos da Lei 64 de maio de 1990).

CONTATOS . Site: adufpel.org.br . **Email:** secretaria@adufpel.org.br . **Facebook:** /adufpel . **Endereço:** Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . **Cep:** 96015-190 .
Telefone: (53) 3227.2360 **Colaborações e sugestões para o jornal:** imprensa@adufpel.org.br

ATENDIMENTO EXTERNO: suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPel-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.

ADUFPel atenta para a valorização da cultura e da arte

A Seção Sindical contemplou 24 projetos de vídeos, por meio de edital, em comemoração aos seus 41 anos



Tendo em vista que os setores cultural e artístico foram os mais afetados pela pandemia de Covid-19, a ADUFPel lançou um edital para selecionar os artistas locais que farão parte da programação virtual de comemoração do aniversário de 41 anos da entidade - celebrados este ano. Foram contemplados 24 projetos de vídeos com financiamentos de R$300 cada, totalizando um aporte de R$ 9 mil, considerando os impostos.

O edital chega em sua última etapa no mês de agosto, quando serão lançados nas redes sociais da Seção Sindical os vídeos vencedores. Mas até chegar nisso, foram realizadas várias etapas de seleção. Em 24 de junho, assim que edital foi lançado, abriram-se as inscrições de projetos de Pelotas e região, individuais ou coletivos, e que respeitassem as medidas vigentes de prevenção à Covid-19, recomendadas pelas autoridades competentes.

Poderiam participar da seleção, artistas das mais distintas áreas: artes visuais ou digitais, artes cênicas (teatro e dança), música, performance, entre tantas outras. Os interessados enviaram suas propostas e, devido ao grande número de inscrições - mais de 60 -, foram escolhidos não somente 22 projetos, como havia sido divulgado no edital, mas 24, que passariam a integrar a mostra virtual da ADUFPel. A comissão julgadora foi composta por um integrante de cada um dos seguintes segmentos: dança, teatro e música.

Segundo o diretor da entidade, Robinson Pinheiro, responsável pelo edital, a ideia surgiu devido à impossibilidade de realizar a confraternização de aniversário da ADUFPel como de costume. "Diante disso, a gente reverteu a nossa festa em doação. Doamos mais de 150 cestas básicas para três comunidades carentes, com alimentos vindos da economia local. A gente pensou, também, em ajudar o setor cultural, uma vez que é um setor muito importante para a sociedade, e que, neste momento de pandemia, foi um dos primeiros a parar, e, indubitavelmente, será o último a voltar", explicou.

Conforme salienta, o apoio à cultura e à arte neste momento de tantos ataques do governo é fundamental. "É uma forma de dizer que nós enquanto sociedade não-fascista, não sobreviveremos sem a arte, porque a arte oxigena a nossa existência. Então, humildemente nós tentamos elaborar um edital para tentar promover e contribuir, na medida do possível, com os artistas, mas nós temos consciência de que o que nós fizemos não é um porvir redentor, não é algo que vai salvar a população artística das mazelas que historicamente elas vivenciam ou sofrem, principalmente agora, no governo Bolsonaro".

Como será a mostra?

Os 24 projetos selecionados serão divulgados ao longo de oito semanas no site, canal do YouTube, Instagram, Facebook e Twitter da ADUFPel. Serão publicados três vídeos por semana, nas segundas, terças e sextas-feiras. Conforme aponta Pinheiro, todos representam uma grande diversidade artística, envolvendo performance, teatro, dança, música, mágica, contos, poemas, entre vários outros elementos.

Selecionados

Aline da Silva Meira Cotrim, Andressa da Silva Bitencourt, Brenda Seneme Gobbi, Carlos Bento Freitas Barcellos Júnior (CMestre Jarrão), Cid Fernandez Curte Branco, Cláudia da Silva Paranhos, Daniela Corrêa da Silva Pinheiro, Daniela Ferreira de Souza, Davi Nunes de Mesquita, Guilherme Sperb, Hsb produções Artisticas LTDA, Ingrid Silva Duarte, João Daniel Pereira Amaro, Julia Alves , Kako Xavier, Leandro Toranca Fagundes, Lori Nelson Nogueira Dias, Marlise Peres do Carmo, Pedro Schlee Soler, Serginho da Vassoura, Thairone Lages Dorneles, Thalles Echeverry Feijó, Valmiro Pereira Machado Junior e Vitório Grafulha Corrêa.

Experiência bem sucedida

Na avaliação do diretor da ADUFPel, o edital foi uma experiência satisfatória dado o fato de que foi uma construção coletiva. Ele reforça a importância de os sindicatos investirem mais em cultura e considera a possibilidade de, futuramente, lapidar o edital para que ele volte com uma nova roupagem e possa contribuir ainda mais com a valorização da arte local.

"É importante que os sindicatos, como um todo, valorizem e promovam - quem pode, é claro - os setores culturais em sua diversidade. Acho que isso é muito importante, isso também é fazer política, isso também é dialogar com a construção de um outro tipo de sociedade. Que a sociedade como um todo passe a valorizar mais os artistas locais. Muitas vezes a gente valoriza o que é de fora - como é comum à nossa existência - mas esquece da valorização do que é o nosso, do que é próprio, do que é único, do que é típico. O fazer artístico é bem diverso, múltiplo, e ele só vai ganhar expansão se houver de fato uma valorização da sociedade", ressaltou.

Desvalorização é agravada pela pandemia

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da arte precedem a pandemia. A falta de apoio do poder público e a desvalorização da cultura, há algum tempo, têm sido uma barreira para os artistas brasileiros. A pandemia, no entanto, veio para somar-se a tantos ataques que esses setores vêm enfrentando e agravar as perdas.

Resultados preliminares da pesquisa Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil, divulgados no final de junho, revelaram que os setores da cultura e da economia criativa foram os mais afetados pela pandemia do novo coronavírus.

A análise apontou que, entre as organizações ligadas aos dois setores, mais de 40% disseram ter registrado perda de receita entre 50% e 100%. Já para os trabalhadores, as perdas ficaram na média de 35%. O maior impacto foi registrado no Rio Grande do Sul, onde 63% afirmaram que não tiveram receita no período.

Os dois setores movimentam R$ 171,5 bilhões por ano, o equivalente a 2,61% de toda a riqueza nacional, empregando 837,2 mil profissionais. Antes da pandemia, esses segmentos culturais e criativos tinham previsão de gerar R$ 43,7 bilhões para o Produto Interno Bruto (PIB) até 2021. A pesquisa ainda está em andamento e os resultados finais serão divulgados no início de agosto.

Cinema argentino: uma alternativa às produções de Hollywood

O cinema argentino é um dos mais desenvolvidos da América Latina e tem sido cada vez mais reverenciado em todo o mundo. Apoiados pelo Estado, os filmes argentinos são conhecidos por sua qualidade técnica e seus roteiros surpreendentes e inteligentes, que percorrem com facilidade pelos mais diversos gêneros cinematográficos. Há documentários, comédias, dramas familiares e políticos e suspenses, que agradam os mais diferentes tipos de espectadores.

Apesar de existirem desde 1896, as produções cinematográficas argentinas ganharam força e mais visibilidade a partir dos anos 2000 - época em que o país foi assolado por crises políticas e econômicas. Desde então, elas têm recebido reconhecimento mundial e já conquistaram dezenas dos prêmios mais relevantes, que incluem duas estatuetas do Oscar.

Os longas do país vizinho também têm garantido um espaço maior no Brasil nos últimos anos e, embora apenas uma fração chegue aos cinemas locais, hoje, com o crescimento das plataformas de streaming, tornam-se muito mais acessíveis. Para quem busca fugir dos filmes "hollywoodianos", separamos algumas dicas de filmes argentinos.

Kóblic

O filme Kóblic utiliza-se do período da última ditadura argentina (1976 a 1983) como pano de fundo para contar a história do piloto de fuga Tomás Kóblic, que praticava os chamados "voos da morte", nos quais pessoas consideradas "subversivas" pelo regime eram jogadas no mar ainda vivas.

O thriller político, que também mistura um pouco de romance e drama, é ambientado em 1977, ano em que Kóblic é convocado para mais uma missão. Porém, atormentado por suas lembranças e traumas, decide fugir e se esconder em uma cidade pequena chamada Colonia Elena, o que levanta suspeitas dos moradores.

Baseado em fatos reais, o filme retrata a angústia que é viver sob constante vigilância da ditadura. O medo de que a sua identidade e a sua permanência no local estejam ameaçadas rondam o protagonista, ao mesmo tempo em que são apresentadas pistas do seu passado e os motivos de sua fuga.

O filme retoma a parceria do diretor Sebastián Borensztein com Ricardo Darín, que protagoniza o longa. Ambos já trabalharam juntos em "Um conto chinês" e "A odisseia dos tontos".

Minha obra-prima

"Minha obra-prima" é uma comédia crítica. A história gira em torno de Renzo Nervi (Luis Brandoni), um renomado pintor rabugento e arrogante que vive recluso em sua casa em Buenos Aires. Renzo já fora bem-sucedido no passado, mas a situação atual não é das melhores. Sem vender uma única obra, está à beira da falência e de ser despejado.

Seu único amigo, Arturo Silva (Guillermo Francella), trabalha como negociante de obras de arte e faz o possível para valorizar os quadros, mas as atitudes do artista não ajudam em nada. Até que, um dia, um acidente faz com que tudo mude na vida dos dois.

O filme é uma crítica ao mundo elitista da arte e do consumo. É uma sátira dos tempos atuais, contada com um humor típico argentino. O diretor e roteirista é Gastón Duprat, que também produziu "O cidadão ilustre" - nossa próxima dica de filme.

O cidadão ilustre

O longa é estrelado por Oscar Martinez, que também integra o elenco de Kóblic. Com um roteiro bastante original, "O cidadão ilustre" segue por um caminho parecido com o "Minha obra-prima", já que busca questionar qual o papel do artista na sociedade atual.

Em uma mistura de drama e comédia, de forma provocativa e irônica, conta história de um escritor fictício (Daniel Mantovani) solitário e que passa a não ver mais sentido na vida depois que recebe o Nobel de Literatura.

O filme inicia com Mantovani sendo agraciado com o Nobel, na Academia Sueca, porém, em vez de comemorar a conquista, lamenta o prêmio durante seu discurso. Segundo ele, significa a "canonização terminal" de um artista, pois sua escrita chegou ao ponto de agradar ao sistema. Isso gera consequências à sua carreira, o que não o desagrada. Após ter sua presença recusada em vários lugares, ele decide aceitar o convite de retornar à cidade em que nasceu e viveu até os 20 anos, e que serviu de inspiração para seus livros. No entanto, o reencontro de Mantovani com o município de Salas acaba gerando ainda mais conflitos.

FOTOS: REPRODUÇÃO

Comunidade acadêmica une forças para garantir a democracia no processo de escolha de reitor/a na UFPel

A consulta já está sendo organizada pela COE

Docentes, técnico-administrativos e estudantes da UFPel começaram a se mobilizar em torno das eleições para a reitoria, gestão 2021-2024. O primeiro passo já foi dado com a formação da Comissão Eleitoral (COE), no dia 23 de junho.

A COE é constituída de maneira paritária pelas três entidades representativas da Universidade (ADUFPel-SSind, Sindicato-ASUFPel e DCE). Historicamente e, principalmente neste momento de diversas tentativas de ataque e enfraquecimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ela é fundamental para garantir a democracia no processo de consulta à comunidade acadêmica.

"Eu penso que o mais importante é exatamente o fato de que estamos vivendo um momento em que o governo federal extrapola, fere a autonomia universitária, e, como temos visto em vários lugares, escolhe por sua conta e risco o representante das instituições. Para nós, agora, o fundamental é garantir que o processo ocorra dentro do prazo legal previsto e que a gente lute para que a nomeação do candidato escolhido seja executada", enfatiza a presidente da ADUFPel e suplente na Comissão Eleitoral, Celeste Pereira.

Segundo Pereira, o papel da COE é na construção do regramento que dará corpo às eleições, que, conforme já anunciado, deverá ser concluído no início de agosto para que o processo eleitoral possa ser iniciado, adaptado à pandemia. A partir disso, quem assume é a Junta Eleitoral, responsável pela operacionalização da votação. Ela é constituída por três representantes da cada segmento, indicados, respectivamente, por escrito, pelas diretorias das entidades, após o referendo das assembleias das categorias.

Tentativas de enfraquecimento do processo democrático

Embora seja tratada como eleição, a escolha de reitores de universidades e institutos consiste em consulta à comunidade. O que a diferencia de um processo de eleição normal é que seu resultado final não garante automaticamente que o vencedor será empossado.

O Conselho Universitário – instância máxima de deliberação dentro da universidade – elabora uma lista com três nomes, a Lista Tríplice, e a encaminha ao Ministério da Educação (MEC). Após protocolada pelo MEC, o presidente da República pode nomear o novo reitor por meio de um decreto presidencial.

Em 2019, dispondo de artifícios legais, o presidente Jair Bolsonaro não respeitou as decisões das comunidades acadêmicas em pelo menos seis das doze nomeações que fez. E, através de duas Medidas Provisórias (MPs), buscou intervir na autonomia das IFES.

A primeira tentativa não prosperou. Em dezembro de 2019, o governo tentou mudar as regras para escolha de reitores ao editar a MP 914/19. O texto, que perdeu validade em 2 junho de 2020 por falta de apreciação do Congresso, estabelecia como obrigatória a realização de consulta à comunidade acadêmica para a formação da lista tríplice para o cargo de reitor por votação direta, preferencialmente eletrônica. Tal consulta não poderia ser feita com voto paritário ou universal e obrigatoriamente deveria ser realizada com peso de 70% no voto docente, 15% no do técnico-administrativo e 15% para o voto de estudantes. A mesma regra seria imposta aos Institutos Federais.

Logo em seguida, em 9 de junho, governo federal publicou a MP 979/20, que dava poder ao então ministro da Educação, Abraham Weintraub, para intervenção na escolha de reitores de universidades e institutos federais, utilizando como justificativa o período de emergência de saúde pública gerado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A tentativa do governo, assim como a anterior, não foi bem sucedida. O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM), decidiu, em 12 de junho, devolver ao governo a Medida Provisória, pois, segundo ele, violava os princípios da Constituição Federal que tratam da autonomia e da gestão democrática das universidades.

Participação da comunidade é fundamental

Segundo Celeste, o governo federal segue a política do Banco Mundial, de privatização da educação pública e, por isso, busca empossar o gestor que a execute. Por esse motivo, a presidente da ADUFPel defende ser primordial que os gestores locais sejam pessoas apoiadas pelas suas comunidades.

"Isso nos dá mais força de luta e, ainda, é uma prerrogativa de lei. Então, nós entendemos que uma reitoria sustentada pela sua base tem muito mais condições de fazer os enfrentamentos necessários para garantir que a educação superior seja defendida. Não vamos permitir que esses ataques se materializem também no âmbito para a indicação de reitor nas universidades", afirma.

De acordo com a docente, as entidades irão se empenhar, durante a condução do pleito, para que ele ocorra da maneira mais transparente possível, garantindo ampla participação mesmo diante desse momento de fragilidade do processo democrático e da pandemia.

EaD: educação distante da realidade do povo brasileiro

FOTO: EBC

As aulas e atividades remotas durante a pandemia de Covid-19 têm desgastado professores e estudantes, gerando adoecimento entre aqueles que se vêem obrigados a trabalhar por meio de uma tela de computador ou celular. A isso, soma-se a angústia pela situação do país, que acumula dezenas de milhares de mortos por Coronavírus.

Uma pesquisa realizada pelo portal Nova Escola traçou um raio-x sobre a situação dos professores que dão aulas remotas durante o isolamento social. O levantamento ouviu mais de 9,5 mil profissionais de forma virtual, a maioria deles da rede básica, sendo 70% de escolas particulares.

Os resultados são chocantes. Ao avaliar a experiência com o ensino remoto, um terço (33%) dos professores a classifica como razoável, 30% como ruim ou péssima. Menos de um terço (32%) dos professores avalia de forma positiva.

A adaptação do formato, o baixo retorno dos alunos, a alta cobrança de resultados, o crescimento da demanda de atendimento individual às famílias e falta de capacitação, de infraestrutura e de contato direto com os alunos são alguns dos principais fatores negativos apontados na pesquisa. Mais de metade (51,1%) dos professores relatam não ter recebido formação alguma de suas redes ou mantenedores para trabalhar.

Quanto à saúde emocional dos professores ouvidos pela pesquisa, apenas 8% afirmam que se sentem ótimos. 28% avaliam a saúde emocional como péssima ou ruim e 30% como razoável. Os problemas levantados foram: estresse envolvido na necessidade de aprender rápido para adequar o planejamento, risco de contaminação, insegurança em relação ao futuro, falta de reconhecimento das famílias e gestores, aumento no tempo de preparo das aulas e de dedicação aos alunos e sensação de não conseguir dar conta de todas as demandas domésticas, familiares e profissionais.

ADUFPel debate assunto em Assembleia Virtual

No dia 14 de julho, a ADUFPel realizou Assembleia Geral Virtual, que contou com a participação de mais de 60 docentes. Um dos temas debatidos foi justamente o ensino remoto durante a pandemia. Depois de um espaço para informes, o professor Avelino Oliveira, segundo tesoureiro da ADUFPel, abriu as discussões. Em sua exposição, o docente citou que o tema tem diversas implicações sobre a carreira, as relações de trabalho, a precarização do trabalho e sobre o projeto de educação pública.

Ressaltou que um dia as atividades presenciais retornarão e que a UFPel ainda pouco fez para preparar o retorno. Citou que a categoria docente não está preparada para dar aulas remotas e que, na maioria das vezes, as responsabilidades do processo são colocadas nas costas dos professores.

"Nós estamos em um processo em que precisamos discutir esse tema. Há incidências sobre a nossa carreira, nosso trabalho e a precarização de nosso trabalho. Nós não estamos acostumados a isso, não é nossa praia trabalhar com educação à distância. Estamos sendo submetidos a um período, por necessidade, de adaptação", afirmou Avelino.

"A responsabilidade sobre o sucesso ou insucesso disso é colocada nos próprios professores. Os treinamentos são rápidos, aligeirados. Nós, que temos outro ritmo de trabalho, não nos tornaremos professores de EaD em algumas horas", completou o docente.

A aprovação do Calendário Alternativo pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (Cocepe) da UFPel foi alvo de críticas pelo pouco debate que a proposta teve pela comunidade. Quando o debate foi aberto, muitos professores reforçaram a crítica.

Os docentes presentes na Assembleia deliberaram reativar o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) local para tratar especificamente da questão do ensino à distância/remoto e do retorno às aulas, buscando as informações de outras universidades e avaliando o cenário nacional. Depois do debate do GTPE, as discussões serão retomadas em nova Assembleia.

Também foi decidido que a ADUFPel solicite à Pró-Reitoria de Ensino quais os números de vagas, disciplinas, demandas e condições objetivas oferecidas aos estudantes para as aulas remotas, bem como o processo para avaliação deste calendário alternativo. Ainda, que os docentes pensem em instrumentos avaliativos dessa experiência.

MEC quer volta às aulas presenciais

Mesmo sem controle da disseminação do novo coronavírus (Covid-19) e enquanto o país ultrapassa dezenas de milhares de mortes, o Ministério da Educação (MEC) decidiu anunciar, no início de julho diretrizes para a volta às aulas presenciais das Instituições Federais de Ensino (IFEs). Apesar de ainda não ter data prevista para o retorno das atividades, a portaria já está em vigor e a regras foram publicadas no Diário Oficial da União.

A Portaria, de número 572, institui um Protocolo de Biossegurança para o retorno nas universidades e institutos federais, que incluem diversas normas que podem ser acessadas através de uma cartilha. As orientações englobam medidas coletivas e individuais de proteção e prevenção à Covid-19 em diferentes cenários, critérios para a retomada, monitoramento após retorno e sugestões para adoção de estratégias digitais.

Entre as diretrizes estão: uso de máscara obrigatório; edição de temperatura no acesso às áreas comuns; disponibilização de álcool em gel; volta ao trabalho de forma escalonada; ventilação do ambiente; possibilidade de trabalho remoto aos servidores e colaboradores do grupo de risco; reuniões e eventos à distância; distanciamento de pelo menos 1,5 m; orientação para manter cabelo preso e evitar usar acessórios pessoais, como brincos, anéis e relógios; não compartilhamento de objetos; elaboração quinzenal de relatórios para monitorar e avaliar o retorno das atividades. No entanto, o documento não prevê testagem de funcionários e alunos.

Segundo o MEC, as diretrizes foram elaboradas por um grupo composto por profissionais da medicina, da biomedicina, da biologia e da área sanitária, e seguem orientações do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

UFPel não terá aulas presenciais por enquanto

A Administração da UFPel, em nota divulgada no dia 29 de julho, afirmou que todas as atividades presenciais de ensino estão suspensas na universidade. A declaração veio um dia depois do Comitê interno da UFPel para acompanhamento da evolução da Covid-19 recomendar que a universidade não retornasse às atividades acadêmicas presenciais no período imediato após o fim do Calendário Alternativo.

A nota da Reitoria ressalta que "oportunamente, após diálogo com a comunidade da UFPel e avaliação em processo dos pontos positivos e negativos do calendário alternativo em curso, será apreciado pelo Cocepe um novo plano de desenvolvimento das atividades remotas de ensino, a partir do mês de outubro".

O aconselhamento do Comitê foi baseado nos indicadores do estágio em que a pandemia encontra-se no país, cujos dados demonstram que os números de infecções e de óbitos continuam em um nível muito elevado na maior parte do Brasil, em especial no Rio Grande do Sul e em Pelotas, onde há aumento de casos. Conforme o Calendário Alternativo, aprovado 22 de maio pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (Cocepe), as atividades remotas terão fim no dia 12 de setembro.

A boiada está passando: cresce o desmatamento da Amazônia no Brasil

Mês após mês, ano após ano, o Brasil bate um recorde que não entra no Guiness Book e não dá orgulho a ninguém. O país, cujos biomas representam 20% de toda a biodiversidade do planeta, não para de destruir o maior deles: a Amazônia.

O sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), detectou 1.034,4 km² de área da Amazônia sob alerta de desmatamento em junho, recorde para o mês em toda a série história, que começou em 2015. No acumulado do semestre, os alertas indicam devastação em 3.069,57 km² da Amazônia, aumento de 25% em comparação ao primeiro semestre de 2019.

Os números chegaram a alarmar até investidores estrangeiros do sistema financeiro, que ameaçaram para de colocar dinheiro no Brasil caso o cenário se mantenha. A posição dos especuladores contrasta com as ações e políticas do governo federal de ausência de qualquer medida de combate ao desmatamento. "Aproveitar a pandemia para passar a boiada", como apontou o ministro do meio-ambiente, Ricardo Salles, é o que defende o governo de Jair Bolsonaro.

Eugênia Dias, doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), docente da Faculdade de Educação da UFPel e militante do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e do Fórum em Defesa da Democracia Ambiental (FDAM) de Pelotas, critica as ações do governo para com o meio-ambiente. Para a professora, há uma série de fatores impulsionados por políticas públicas - ou pela ausência delas - contribuem para chamar a atenção internacional para o Brasil. "A pressão da vida urbana nos ecossistemas, a expansão das fronteiras do agronegócio, a poluição e a privatização da água, a liberação alarmante do uso de agrotóxicos - que bateram recorde - a desconsideração do uso de indígenas e quilombolas de suas terras e de sua relação muito mais respeitosa com a natureza. Tudo isso destrói a biodiversidade brasileira e acirra as desigualdades sociais e são alguns exemplos das políticas defendidas pelo governo federal", afirma. A docente da UFPel lembra que não é apenas a Amazônia que está sendo atacada. O bioma Pampa, por exemplo, sofre com a pressão do grande capital para iniciar projetos de mineração na região.

"A política de destruição vem sendo gestada não só no Brasil, mas em vários países há muito tempo. São situações de descaso com a vida. Muitos mitos foram criados para manter a lógica do sistema, como o mito do desenvolvimento. E, mais recentemente, o mito do desenvolvimento sustentável, da economia verde, que aposta nos custos da degradação, tida como uma mera externalidade do sistema que deve ser aceita e remediada", completa Eugênia. "As decisões e ações do governo federal brasileiro estão levando o país a ter uma imagem internacional de grande inimigo do combate à crise ecológica planetária. As imagens da floresta consumida reverberam mundo afora", avalia.

Lógica capitalista

Durante o Fórum Econômico de Davos, na Suíça, Paulo Guedes comentou o crescimento do desmatamento no país. Para o ministro da economia, o pior inimigo da natureza é o pobre, que a destrói para comer e para sobreviver. "Ele está negando, como faz a direita, que a produção e reprodução das desigualdades sociais e da degradação ambiental são inerentes ao sistema capitalista de produção e consumo", critica Eugênia.

Para a docente da UFPel, não é por meio da lógica capitalista e neoliberal que haverá saída para o meio-ambiente. Eugênia Dias, portanto, não acredita que a pressão do mercado financeiro internacional surtirá, de fato, efeitos duradouros na política de combate ao desmatamento no Brasil.

"Creio que é pouco provável que o capital, especialmente o capital internacional, possa salvar a Amazônia. A pressão sobre a natureza e as florestas decorre justamente da lógica capitalista que exige um crescimento econômico permanente. E não há como crescer de forma infinita como quer o capital em um planeta finito. Esse é um dos problemas centrais do conceito de desenvolvimento sustentável. Parte do capital que hoje está criticando o desmatamento é responsável pelo próprio desmatamento. Essa insurgência é meramente instrumental, uma maquiagem ambiental", avalia.

A Emenda Constitucional 95/2016, do Teto de Gastos, é um dos exemplos de uma medida tomada a favor do grande capital que acaba, na prática, afetando medidas básicas de combate ao desmatamento.

Ricardo Salles, inimigo da natureza e do meio-ambiente

O ministro do meio-ambiente, figura central na política de desmatamento, tem longo histórico na área. Em dezembro de 2018, ele foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa. Ele teria fraudado processo do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, em 2016, quando estava à frente da pasta do Meio Ambiente do governo paulista de Geraldo Alckmin (PSDB).

"Diante desse cenário de descaso com a vida, o governo federal promove deliberadamente uma política anti-natureza que foi traduzida na fala do ministro Ricardo Salles, que ressaltou a oportunidade que a pandemia dava para a alteração da lei protetora da natureza, afirmando ser a "hora de passar a boiada". Não é por acaso que a base de sustentação do governo seja a bancada do boi, da bíblia e da bala (BBB)", conclui Eugênia Dias.

Pampa sob ataque

Há pelo menos 150 projetos de mineração estão sendo traçados pelas grandes mineradoras para o Rio Grande do Sul (RS), tornando o estado um dos grandes focos da expansão da megamineração no Brasil.

Quatro deles estão em fase de licenciamento. O da Mina Guaíba, traçado pela empresa Copelmi, pretende consolidar na região o maior empreendimento de extração de carvão a céu aberto do mundo. Os danos à qualidade do ar e da água, tanto para Guaíba como para Porto Alegre, Eldorado do Sul e Charqueadas, municípios alcançados pela mina, têm sido ressaltados pelas comunidades locais.

Outras propostas de mineração são as da região de Caçapava do Sul, onde as empresas Nexa e Iamgod pretendem extrair metais pesados; a de Lavras do Sul, com a mineração de fosfato; e a da região de São José do Norte, onde também há a pretensão de extração de metais pesados pela Rio Grande Mineração.

FOTO: EBC

100 anos de Florestan Fernandes: seu legado para a educação e para o Brasil

Em 22 de julho de 1920 nascia, em São Paulo (SP), Florestan Fernandes. Filho único de mãe solteira, viveu as dificuldades da vida desde muito cedo. Estudou até a 3ª série e logo teve que trabalhar. Foi engraxate, faxineiro, alfaiate e garçom.

Só retomou os estudos anos depois, apoiado por alguns clientes que atendia no Bar Bidu, no centro paulistano. Completou o curso de madureza, modalidade para jovens e adultos. Em 1941, com 21 anos de idade, ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP).

Da famosa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), logo virou professor. Primeiro, assistente de Fernando Azevedo. Depois, já mestre e doutor pela Escola Livre de Sociologia e Política, tornou-se professor titular substituto na USP.

Em 1964, mesmo ano em que ganhou o prêmio Jabuti por seu livro "Corpo e alma do Brasil", foi efetivado na cátedra de Sociologia, da qual seria "aposentado compulsoriamente" pela ditadura empresarial-militar em 1969. Até voltar ao Brasil para dar aulas na Pontifícia Universidade Católica (PUC) paulista, foi professor em Columbia, Toronto e Yale.

No regresso do exílio, publicou "A revolução burguesa no Brasil" e se aproximou de sindicalistas, sem-terras e estudantes que organizavam a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi deputado federal constituinte e depois ainda cumpriu mais um mandato como parlamentar, até 1995. Florestan Fernandes faleceu em 10 de agosto de 1995 após um transplante de fígado mal sucedido.

Contribuição para a educação

Desde o início de sua carreira como professor, Florestan Fernandes sempre foi atuante em disputas políticas sobre o rumo da educação brasileira. Defensor da gratuidade e da laicidade do ensino público, o sociólogo teve papel importante na Campanha em Defesa da Escola Pública que deu origem à primeira Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), na década de 1950. "O legado dele é muito grande, porque foi formulador e também sujeito ativo nas lutas em defesa da educação no Brasil, desde os anos 50. Naquele momento, o sistema educacional não era universalizado. O analfabetismo era mais brutal do que hoje. A Campanha Em Defesa da Escola Pública foi plural, eclética e buscava enfrentar problemas de atendimento, acesso, etc", afirma Lalo Watanabe Minto, docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Naquela época, Florestan também combateu as interferências privadas na educação pública, notadamente da igreja, defendendo a laicidade do ensino. Hoje, tal pauta segue importante, não apenas em relação à interferência religiosa, mas também de grandes grupos empresariais.

"Eu acho que o Florestan tem uma contribuição excelente em sua teoria sobre o Brasil, a nossa formação e o papel que a educação tem nessa formação histórica. Tanto ao formular uma teoria sobre a educação brasileira quanto ao adequá-las às condições específicas da nossa formação história", avalia Lalo Minto.

O docente da Unicamp cita, ainda, uma bandeira sempre levantada por Florestan Fernandes para o financiamento da educação, que é compartilhada pelo ANDES-SN e pelo movimento docente até os dias atuais. A defesa de recursos públicos para a escola pública.

"É importante se apropriar da obra do Florestan. Os últimos textos dele são de militância, e é interessante fazer essa leitura à luz das contribuições teóricas de sua obra desde os anos 50. Quem tiver fôlego e energia para esse estudo, tem condições para entender a realidade da educação brasileira de forma mais ampla", conclui Lalo Minto.

As lutas do Florestan deputado

Como deputado federal, Florestan Fernandes se colocou como um dos maiores defensores da educação pública e esteve em constante articulação com o movimento docente durante a construção da Constituição Federal de 1988. É o que conta Luiz Henrique Schuch, docente aposentado da UFPel, membro do Conselho de Representantes da ADUFPel, ex-presidente do ANDES-SN e da ADUFPel.

"Eu era militante do movimento docente que participava muito dos debates na temáticas da educação, da comunicação e da saúde durante a Constituinte. Na subcomissão de educação houve um impasse, quando a Rede Globo e a bancada evangélica derrubaram o relatório para tentar emplacar uma emenda que eles próprios tinham feito. Isso gerou um conflito muito grande, e o Florestan era nossa ponta de lança no debate. Algum resultado teve, porque foi a única subcomissão que não produziu relatório naquele período, muito pela lucidez política e conceitual do Florestan, que entendeu que não era possível transigir e era necessário manter a radicalidade, já que havia uma imposição desse grupo".

Segundo Schuch, Florestan Fernandes teve sua militância pautada por uma série de princípios que, ainda hoje, são caros ao movimento docente. Desde os anos 50, até a Constituinte, o sociólogo defendeu, entre outros pontos, a universalização da alfabetização e da escola pública; a derrubada da cátedra vitalícia e a instituição da carreira docente; a democratização das universidades e a paridade nos espaços de decisão; e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. As mesmas bandeiras, levantadas há 70 anos, seguem importantes nas disputas políticas do Brasil de 2020.

"Essa urgência a qual nós temos sido chamados em relação à pandemia, nos remete à inspiração de como o Florestan trabalhou o papel da sociologia, da educação, da ciência num país como o nosso. Aproveitar o tempo, em um momento desses, não pode significar uma espécie de fuga do tempo, muito mais afeto ao mundo capitalista onde tempo é dinheiro. Aproveitar o tempo deve ser feito no que é essencial, na inspiração de Florestan. O momento é de fortalecer a humanidade, a justiça, a equidade", conclui Schuch.

8º Conad Extraordinário prorroga mandato da diretoria do ANDES-SN

O 8º Conad Extraordinário do ANDES-SN, realizado de forma virtual nos dias 30 e 31 de julho, decidiu prorrogar o mandato da atual diretoria do Sindicato Nacional por até 90 dias, prorrogáveis por mais 90. Também foi deliberado que a Comissão Eleitoral Central (CEC) seja responsável por refazer o regimento e o calendário eleitoral, tão logo seja possível a realização de eleições sindicais, a partir do diálogo com as duas chapas concorrentes ao pleito.

Outra decisão do Conad foi que a diretoria nacional do ANDES-SN convoque um novo Conad Extraordinário, até setembro de 2020, para deliberar sobre o novo regimento e calendário eleitoral recomposto e aprovado pela CEC.

Celeste Pereira, presidente da ADUFPel, participou do Conad como delegada. "O 8º Conad Extraordinário termina com a autorização para a prorrogação de mandato da atual diretoria e o encaminhamento do processo eleitoral. O momento é ímpar, mas fundamental para garantir a perspectiva de luta deste sindicato", avaliou.

Manifestação das chapas

Antes do início da plenária, as duas chapas que participam do processo eleitoral para a diretoria do ANDES-SN se manifestaram sobre a situação. "Todas as nossas vidas sofreram mudanças e essa situação da pandemia no Brasil, a quantidade de mortos e o descaso com a sobrevivência de trabalhadores e trabalhadoras é fundamentalmente irresponsabilidade do governo federal que até o momento não apresentou um plano efetivo de combate à pandemia e de preservação de vida e garantisse um isolamento social de fato. Justamente, por isso, o momento é de reafirmação pelo fora Bolsonaro e Mourão", disse Rivânia Moura, da Chapa 1 - Unidade para Lutar: em defesa da educação pública e das liberdades democráticas.

"Estamos dentro de um sindicato que representa uma categoria cuja característica do trabalho está na Constituição Federal que é integrar o ensino, pesquisa e extensão. Nesse momento, os 380 mil professores e professoras, os 200 mil cientistas no nosso país estão sendo violentamente atacados. Há perspectiva, sim, de defender a categoria, mas não de defender só a categoria, mas junto com outras entidades do campo da Ciência e Tecnologia e outras entidades profissionais e sindicatos do campo da Educação", declarou Celi Taffarel, da Chapa 2 - Renova Andes.